

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA O  
DESENVOLVIMENTO DAS VALÊNCIAS PARA O BALNEÁRIO  
TERMAL PARA O ANO DE 2017**

**CONCURSO PÚBLICO**



## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **ÍNDICE**

1. Objeto do concurso
2. Preço base
3. Contrato
4. Obrigações principais do adjudicatário
5. Prazo de fornecimento
6. Preço contratual
7. Faturação e pagamento
8. Penalidades contratuais
9. Força Maior
10. Foro competente
11. Subcontratação e cessão da posição contratual
12. Comunicações e notificações
13. Contagem dos prazos
14. Legislação aplicável

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **1. OBJETO DO CONCURSO**

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto o “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS VALÊNCIAS PARA O BALNEÁRIO TERMAL PARA O ANO DE 2017”.

#### **2. PREÇO BASE**

O preço base definido para o fornecimento são **132 308,97€** (cento e trinta e dois trezentos e oito euros e noventa e sete cêntimos).

#### **3. CONTRATO**

- a) O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- b) O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - i) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - ii) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

- iii) O presente Caderno de Encargos;
  - iv) A proposta adjudicada;
  - v) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- c) Em caso de divergência entre os documentos referidos na alínea anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- d) Em caso de divergência entre os documentos referidos na alínea b) e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no Artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no Artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

#### **4. OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Gestão de recursos humanos a afetar, excluindo a Direção técnica, Clínica, e respetivo Corpo Clínico;
- b) Acompanhamento e monitorização da exploração;
- c) Arrecadar e entregar as receitas provenientes dessa atividade mensalmente.

#### **5. PRAZOS DE FORNECIMENTO**

- a) O fornecimento a realizar no âmbito do contrato deverá ser integralmente executado no prazo de **275 dias**, a contar da celebração do contrato escrito.

## **CAPÍTULO II**

### **OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

#### **OBRIGAÇÕES DO ADJUDICANTE**

##### **6. PREÇO CONTRATUAL**

- a)** Pelo fornecimento objeto do contrato, a entidade adjudicante, deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, que terá de ser igual ou inferior ao preço máximo fixado no n.º 2 do presente Caderno de Encargos, ao qual acrescerá IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- b)** O preço referido na alínea anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, (incluindo as despesas de formação, alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

##### **7. FATURA E PAGAMENTOS**

1. A(s) quantia(s) devidas pela Câmara Municipal, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pela câmara, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os fundamentos, ficando o prestador de serviço obrigado a prestar

os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

3. A faturação deverá ser mensal.

### **CAPÍTULO III**

#### **PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO**

##### **8. PENALIDADES CONTRATUAIS**

Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o município de Tondela, pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a. Pelo incumprimento do objeto do contrato

Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o município pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% da prestação.

Na determinação da gravidade do incumprimento, o município de Tondela terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa e as consequências do incumprimento.

Resolução por parte do município de Tondela

- i. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato na lei, o município pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos serviços.

## **9. FORÇA MAIOR**

**a)** Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos da alínea anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

**b)** Não constituem força maior, designadamente:

- i)** Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- ii)** Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- iii)** Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
- iv)** Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

- v)** Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - vi)** Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
  - vii)** Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- c)** A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- d)** A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

## **CAPÍTULO VI**

### **RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

#### **10. FORO COMPETENTE**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **CAPÍTULO VII**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**



## **11. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL**

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Artigo 316.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

## **12. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES**

- a) Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- b) Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

## **13. CONTAGEM DOS PRAZOS**

Os prazos previstos no contrato contam-se de acordo com as seguintes regras:

- i) Os prazos são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.
- ii) Quando o último dia do prazo for um sábado, domingo, feriado ou dia em que os serviços estejam fechados, por qualquer causa, se encontrem encerrados, esse dia passa para o primeiro dia útil subsequente.

## **14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

- a) A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos aplica-se o regime previsto no CCP.